

Senado muda acordo para a rolagem de dívidas

Prefeitura do Rio é autorizada a emitir LFTM no valor de R\$ 193 milhões para giro de dívida mobiliária

por César Felício
de Brasília

O Senado aprovou ontem um projeto de resolução, assinado por todos os líderes governistas na Casa, alterando o acordo para a rolagem da dívida dos Estados com a União. Agora, todos os contratos de rolagem terão que ser analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos da Casa.

Entre novembro e dezembro do ano passado, o ministério da Fazenda negociou com o Senado a aprovação de outro projeto de

resolução, em que os senadores praticamente davam carta branca para a negociação entre o Tesouro Nacional e os governadores. Eles aprovaram diversos protocolos de intenções em que os governos estaduais se dispunham a realizar programas de privatização, para terem em troca o resgate de parte da dívida e o alongamento do restante. Nenhum dos contratos que seriam assinados teria que passar pelo crivo do Congresso Nacional.

O objetivo do governo era agi-

lizar as negociações e permitir a entrada em vigor dos contratos o mais rápido possível, para evitar o crescimento vegetativo das dívidas estaduais. Houve inconformismo dos senadores, contudo, que viam nesta iniciativa uma diminuição de suas prerrogativas.

DÍVIDA DO RIO

Uma manobra do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) levou a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado a aprovar relatório que autoriza a Prefeitura

do Rio de Janeiro a emitir R\$ 193 milhões em Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM-Rio) para o giro da Dívida Mobiliária que vence em março, informa a agência Globo. Além disso, Suassuna conseguiu com que a matéria fosse remetida a plenário, na sessão de ontem, para que seja aprovada de imediato.

Relator da matéria, Suassuna disse que o governo fluminense poderá negociar os cerca de R\$ 11 bilhões que deve ao Governo federal em melhores condições

de pagamento. A partir de agora, as dívidas mobiliária e fundadas (que não são títulos) poderão ser pagas com juros de 7,5% ao ano e com comprometimento da receita líquida do Estado não inferior aos 13%. Além disso, o Tesouro estadual tem prazo de 30 anos para pagar esta dívida, disse Suassuna.

Segundo ele, com a medida, todas as dívidas existentes, inclusive as com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal ficarão num único "bolo".